

ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR:

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

FRANCISCO MARCIO MORAIS DE OLIVEIRA
GERANILDE COSTA E SILVA

ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR:

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
PERSPECTIVA INCLUSIVA

FICHA TÉCNICA:

AUTOR: FRANCISCO MÁRCIO MORAIS DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: GERANILDE COSTA E SILVA

ILUSTRAÇÃO E IMAGENS: FRANCISCO WALYSON SILVA OLIVEIRA

REDENÇÃO – CE

2026

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Oliveira, Francisco Márcio Moraes de.

048a

Acessibilidade no ensino superior: educação especial na perspectiva inclusiva / Francisco Márcio Moraes de Oliveira. - Redenção, 2026.
44f: il; color.

Outro - Curso de Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente, Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2026.

Orientadora: Prof^a Geranilde Costa e Silva.

1. Educação inclusiva. 2. Pessoa com deficiência. 3. Unilab.
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 372

FRANCISCO MARCIO MORAIS DE OLIVEIRA

É um educador e investigador comprometido com a transformação social através da educação inclusiva. Egresso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), onde se graduou em Ciências da Natureza e Matemática com habilitação em Física, expandiu sua formação com a licenciatura em Pedagogia e especializações em LIBRAS e Metodologia do Ensino de Matemática.



Com uma trajetória marcada pela atuação na Educação Básica e na formação de professores, Márcio acumulou experiências valiosas em programas de relevância nacional, como o PIBID/CAPES e o MAISPAIC. A sua vivência como professor de Matemática e tutor em projetos de juventude permitiu-lhe observar de perto as lacunas e as potencialidades do sistema educativo.

Atualmente, dedica a sua investigação de Mestrado ao estudo da acessibilidade e das condições de permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Este e-book é a materialização do seu percurso académico e profissional, unindo o rigor científico da investigação à urgência prática de tornar a universidade um espaço acolhedor e equitativo para todos.

GERANILDE COSTA E SILVA



Doutora em Educação e graduada em Pedagogia. Atua como docente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção (CE), onde exerce atualmente a função de Coordenadora de Direitos Humanos e Ações Afirmativas (CDHAA/PROPAE).

Com sólida experiência na pós-graduação stricto sensu, é professora efetiva no Mestrado Acadêmico em Ensino e Formação Docente e no Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS). Suas investigações científicas concentram-se na interseção entre a Pretagogia, a Educação para as Relações Étnico-Raciais e a Educação Especial Inclusiva.

Membro ativo do Grupo de Pesquisa ÁFRICA-BRASIL, contribui na linha de pesquisa sobre territórios e intelectualidades das relações étnico-raciais. Além de sua vasta trajetória na educação, expande sua formação acadêmica como graduanda no curso de Direito, fortalecendo sua atuação na defesa dos Direitos Humanos.

1. APRESENTAÇÃO.....	06
2.PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA.....	07
Constituição de 1988.....	08
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.....	08
Declaração de Salamanca(1994).....	09
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9.394/96).....	09
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva(2008).....	10
Lei Berenice Piana(2012).....	10
Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência(2015).....	11
3.EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.....	12
Educação Especial na perspectiva inclusiva.....	13
4.BARREIRAS DE INCLUSÃO.....	14
5.A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO CEARÁ.....	16
6.HISTÓRICO E CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UNILAB.....	18
Cronologia de Marcos da Inclusão e Acessibilidade na UNILAB(2012-2024).....	19
7.NÚCLEO DE INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E DIVERSIDADE (NIADI).....	20
8.HISTORIA DE VIDA E ENCANTAMENTO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	22
9.O Chão da Universidade: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM ESTUDANTES PcD NO ICEN/UNILAB.....	26
As Fronteiras da Adaptação e o Impacto no Aprendizado.....	28
O Dilema da Avaliação: Igualdade versus Equidade.....	29
A Institucionalidade sob a Ótica do Aluno B.....	30
A Dimensão Humana e a Permanência.....	31
Propostas de quem Vive a Realidade.....	32
10.DOCÊNCIA E DIVERSIDADE: PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA.....	33
Ensino Colaborativo(Coensino):.....	34
Metodologias Ativas na Perspectiva Inclusiva.....	34
Aprendizagem Cooperativa:.....	34
Tecnologia Assistiva como Suporte à Autonomia:	35
Desenho Universal para a Aprendizagem(DUA):.....	35
11.HORIZONTES DO SABER: DICAS DE LEITURA E RECURSOS PARA A PRÁTICA INCLUSIVA.....	36
12.CINE INCLUSÃO: FILMES PARA REFLETIR E APRENDER.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43

APRESENTAÇÃO

O e-book “Acessibilidade no Ensino Superior: Educação Especial na Perspectiva Inclusiva” nasce da escuta sensível e do reconhecimento dos anseios manifestados por estudantes com deficiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Esta obra é fruto da pesquisa de mestrado intitulada “Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior: Limites e Possibilidades à Permanência de Pessoas com Deficiência na Unilab”, desenvolvida por Francisco Márcio Moraes de Oliveira, sob orientação da Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva, junto ao Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEF – UNILAB/IFCE).

O objetivo central deste material é oferecer a estudantes, docentes e ao público em geral um guia informativo e reflexivo sobre acessibilidade e possibilidades de adaptação curricular no Ensino Superior, com foco particular na realidade da Unilab. Para tanto, o conteúdo abrange desde os marcos legais e as barreiras que dificultam a inclusão, até proposições de práticas pedagógicas inclusivas, sugestões de leituras e os relatos dos estudantes entrevistados.

Mais do que um manual técnico, este e-book busca incentivar educadores a expandirem seus horizontes teóricos e práticos. Acreditamos que uma educação para todos se concretiza na valorização da diversidade; trata-se de reconhecer que a pluralidade em sala de aula é uma riqueza que deve ser celebrada. É por meio desse reconhecimento que podemos fomentar ambientes verdadeiramente inclusivos, capazes de garantir a participação ativa e o acesso equitativo à aprendizagem.

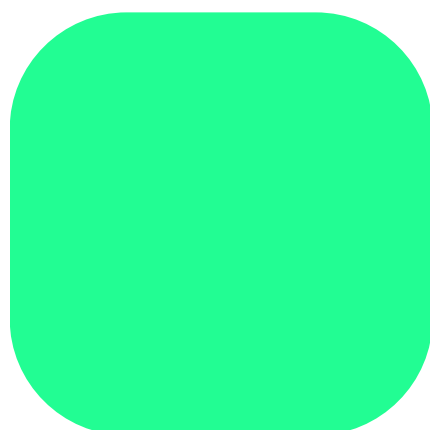
Espera-se que esta obra seja não apenas uma fonte de consulta, mas um convite à inspiração para novas atitudes e reflexões no cotidiano acadêmico. Que os conteúdos aqui partilhados motivem o corpo docente a uma constante reinvenção, enfrentando os desafios com criatividade e sensibilidade, e mantendo firme o compromisso com uma educação que acolha, respeite e celebre as diferenças em todas as suas singularidades.

BOA LEITURA!



2

PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA.



CONSTITUIÇÃO DE 1988

As principais mudanças para a educação inclusiva no Brasil começaram a surgir, após a Constituição Federal de 1988. Foi nesse período em que os direitos das pessoas com deficiência ficaram assegurados, o que deu novo impulso para as pessoas lutarem e, por intermédio de associações e demais formas de coletivismo, cobram políticas públicas em torno de acessibilidade para as pessoas com deficiências físicas ou com mobilidade reduzida

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.(BRASIL, 1988).

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) DE 1990

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, aborda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direito. O Art. 53 do ECA garante a todos o direito à “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”, enquanto o Art. 54 estabelece como dever do Estado o “ensino fundamental obrigatório, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria” e a oferta de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”(Brasil, 1990)

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994)

É um documento-marco que estabeleceu a Educação Inclusiva como um direito fundamental, defendendo que todas as crianças, com ou sem deficiência, aprendam juntas em escolas regulares, adaptando o sistema ao aluno e removendo barreiras, e não o contrário, sendo uma base para políticas globais e brasileiras de inclusão, focando na diversidade como norma e no acesso equitativo à educação para todos

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN Nº 9.394/96)

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDBN 9394/96, tratou a Educação Especial em Capítulo específico com três artigos e que apresentou o atendimento a estudantes com deficiência como dever do Estado e sua educação sendo pública e gratuita. A referida lei garantiu que estudantes com deficiência recebessem um profissional que os auxiliassem, acompanhando-os nas aulas como os demais colegas de turma. Nessa lei a Educação Especial está definida como modalidade de ensino destinada aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, o que representa um grande avanço na discussão sobre inclusão.

[...] Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 54).

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (2008)

No ano de 2008 foi criado o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que apresenta a educação especial em que a educação especial é tratada como uma modalidade que busca ir além do simples acesso à escola, promovendo um atendimento educacional especializado centrado em recursos e serviços adequados às necessidades dos estudantes. Segundo esse documento:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 16).

LEI BERENICE PIANA (2012)

Em 2012, foi aprovada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, por meio da Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, que passou a classificar os autistas como pessoas com deficiência, garantindo assim ainda mais direitos (Brasil, 2012).

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (2015)

No ano de 2015 foi criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Ela cria um novo conceito de integração total avançando na cidadania das pessoas com deficiência ao tratar questões relacionadas a acessibilidade, educação e à discriminação como podemos ver nos artigos Art. 4º "Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação." e Art. 5º "A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante".



EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.



Educação Especial na perspectiva inclusiva

Educação Especial na perspectiva inclusiva, volta-se especificamente aos/às estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro do Autismo e Altas Habilidades/Superdotação. Incluir estudantes público-alvo da educação especial, acolher as diferenças de todos os educandos e atuar pedagogicamente com todos eles está imbricado ao processo de transformar uma conjuntura sócio-político-educacional maior, uma vez que todas as questões da inclusão estão ligadas diretamente à melhoria da instituição escolar e de suas práticas de uma maneira geral. (Lustosa; Figueredo, 2021, p. 83)

Dessa forma, a Educação Especial na perspectiva inclusiva não se restringe à matrícula de estudantes com deficiência em escolas regulares com fins apenas sociais. A inclusão escolar efetiva pressupõe o acesso ao currículo e o aproveitamento acadêmico, considerando-se as necessidades individuais de aprendizagem e desenvolvimento de cada estudante (Pletsch; Fontes, 2006).





BARREIRAS DE INCLUSÃO



Barreiras: Qualquer obstáculo, atitude ou ação que limite a participação social de uma pessoa

Arquitetônicas	São obstáculos que impedem as pessoas de ocupar e desfrutar de espaços físicos, como edifícios, residências e estabelecimentos comerciais.
Urbanísticas	São obstáculos existentes em vias e espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
Atitudinais	São comportamentos e atitudes que impedem ou dificultam a participação plena, a cidadania, a inclusão educacional e o empoderamento da pessoa com deficiência.
Comunicação e informação	São obstáculos que dificultam ou impossibilitam a expressão ou o recebimento de mensagens e informações.
Tecnológicas	dificultam o acesso a tecnologias.
Transporte	presente nos meios de transporte.

Fonte: Próprio autor (2025) adaptada da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

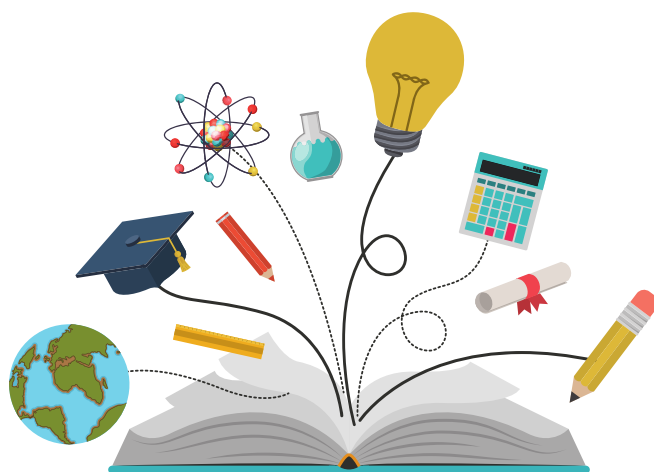


A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO CEARÁ



A trajetória da Educação Especial Inclusiva no Ceará iniciou-se nas décadas de 1930 e 1960, marcada por ações isoladas e de caráter assistencialista, impulsionadas pela organização da sociedade civil e pela criação de associações como a APAE, fundada em 1965. Apesar de representar um avanço ao ampliar o atendimento educacional às pessoas com deficiência, esse período ainda manteve práticas segregadoras, como a criação de classes especiais nas escolas estaduais, reforçando a separação entre alunos com e sem deficiência e evidenciando barreiras culturais e sociais à inclusão plena.

A partir da década de 1980, a educação inclusiva ganhou maior força com o fortalecimento dos movimentos sociais e a consolidação de marcos legais fundamentais. A Constituição Federal de 1988 e a Constituição Estadual de 1989 asseguraram o direito à educação e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse processo foi aprofundado com a LDB nº 9.394/1996, que consolidou a inclusão como política educacional, e com normativas estaduais, como a Resolução CEE nº 456/2016, que integrou a Educação Especial ao ensino regular e garantiu o Atendimento Educacional Especializado (AEE), reafirmando o dever do Estado de assegurar uma educação inclusiva desde a educação infantil.





HISTÓRICO E CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UNILAB



Cronologia de Marcos da Inclusão e Acessibilidade na UNILAB (2012-2024)

Período	Marco Institucional / Ação de Acessibilidade	Dimensão da Acessibilidade
2012	Reserva e sinalização de vagas de estacionamento (Ceará).	Arquitetônica
2015	Nomeação dos primeiros 03 Intérpretes de Libras (Ceará).	Comunicacional
2016	Criação do Setor de Acessibilidade (SEACE/PROPÆ).	Administrativa
2017	Ingresso de estudantes PcD (Lei nº 12.711/2012).	Atitudinal/Pedagógica
2018	Criação da Seção de Esporte, Lazer e Acessibilidade (SELACE).	Institucional
2021	Aprovação da Resolução CONSUNI/UNILAB nº 55/2021 e criação do NIADI.	Normativa/Política
2024	Licitação de 04 intérpretes e aquisição de tecnologias assistivas.	Técnica/Instrumental

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos históricos da UNILAB (2024).



NÚCLEO DE INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E DIVERSIDADE (NIADI)



A criação do Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIADI) decorre da institucionalização da Política de Inclusão e Acessibilidade da UNILAB, estabelecida pela Resolução CONSUNI nº 55 no ano de 2021. Vinculado à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil (PROPAAE), o NIADI tem como missão assegurar condições equitativas de acesso, permanência e conclusão dos cursos para estudantes com deficiência. O núcleo exerce papel estratégico na implementação dessa política, promovendo ações de acessibilidade nos processos seletivos, adaptações arquitetônicas e comunicação acessível, além de garantir suporte acadêmico por meio de acompanhamento pedagógico individualizado, materiais adaptados e profissionais especializados.





HISTORIA DE VIDA E ENCANTAMENTO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA



Sou professor da rede estadual de ensino, natural de Acarape, no interior do Ceará, filho de agricultores e oriundo de uma família numerosa e de baixa renda. Minha trajetória de vida é atravessada pelas desigualdades sociais e raciais que historicamente limitaram o acesso à educação para populações do campo e para a população negra, mas também pela resistência e pelo incentivo familiar que sempre valorizaram a escola como possibilidade de transformação social.

Meus pais, embora privados do direito à escolarização formal, possuíam uma compreensão profunda do valor da educação. A experiência de minha mãe, impedida de frequentar a escola por conta das exigências do trabalho doméstico, marcou de forma definitiva minha compreensão da educação como direito e como prática de liberdade, conforme os pressupostos de Paulo Freire, fortalecendo em mim o compromisso com uma educação emancipadora e humanizadora.

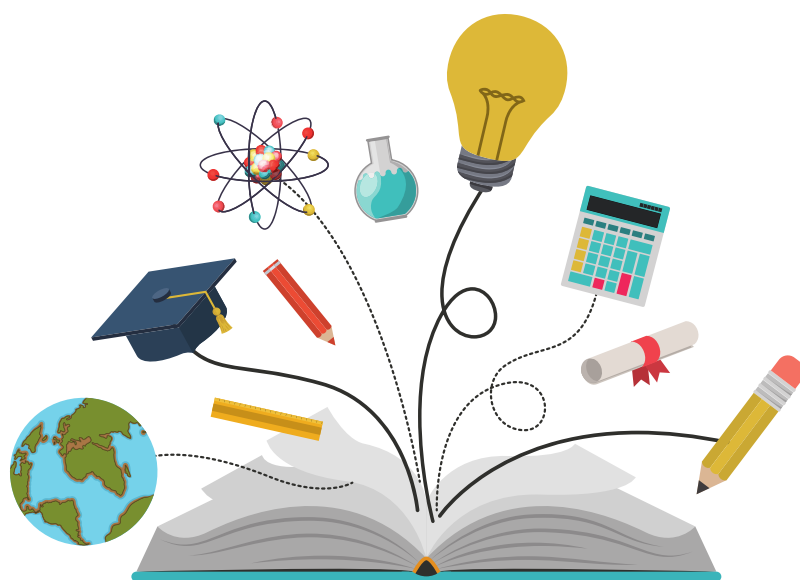
Durante a juventude, dediquei-me integralmente aos estudos, mesmo diante da ausência de perspectivas concretas de ingresso no ensino superior. Trabalhei por anos como costureiro para contribuir com o sustento familiar, sem jamais abandonar o sonho de acessar a universidade, sonho que se manteve vivo apesar das dificuldades econômicas e sociais enfrentadas.



A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) representou um marco decisivo em minha trajetória. Ingressar na universidade pública, próxima à minha cidade de origem, significou não apenas uma conquista individual, mas a materialização de um projeto coletivo de inclusão social, racial e territorial, que possibilitou a muitos sujeitos historicamente excluídos o acesso ao ensino superior.

Durante a graduação em Ciências da Natureza e Matemática, vivi experiências formativas profundamente significativas, especialmente por meio da iniciação científica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBD). Essas vivências contribuíram para a construção da minha identidade docente, permitindo-me compreender o ser professor como um processo contínuo, construído na prática e na reflexão sobre ela.

Apesar dos aprendizados, o percurso acadêmico foi marcado por momentos de insegurança e desejo de desistência, superados com o apoio institucional e humano de professores que acreditaram em meu potencial. Esses episódios reforçaram em mim a compreensão da universidade como espaço de acolhimento, diálogo e inclusão, no qual o estudante é reconhecido como protagonista do processo de aprendizagem.



Meu encantamento pela educação especial inclusiva teve início mais sistemático a partir do contato com a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que me possibilitou compreender as barreiras comunicacionais, pedagógicas e atitudinais enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Esse contato despertou em mim a necessidade de repensar a formação docente e as práticas escolares sob a perspectiva da inclusão.

Ao iniciar minha atuação como professor da educação básica, especialmente em contextos que incluíam estudantes com deficiência, percebi as limitações da minha formação inicial para lidar com os desafios da inclusão escolar. A vivência no chão da escola evidenciou práticas excludentes ainda naturalizadas, o que fortaleceu meu compromisso com a busca por estratégias pedagógicas que garantissem a aprendizagem e a participação efetiva de todos os estudantes.

Diante dessas inquietações, busquei formação continuada em LIBRAS e em educação inclusiva, compreendendo que a inclusão exige não apenas adaptações curriculares, mas uma transformação das práticas pedagógicas e das mentalidades. Minha experiência como professor negro e estudante cotista ampliou minha compreensão sobre as interseções entre racismo estrutural e capacitismo, revelando lutas comuns por reconhecimento, dignidade e equidade.

O ingresso no Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente representou a consolidação desse percurso de resistência, superação e compromisso social. Minha trajetória evidencia que a educação inclusiva não é apenas um campo de estudo, mas um projeto ético e político, capaz de transformar vidas, romper desigualdades históricas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.



O CHÃO DA UNIVERSIDADE: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM ESTUDANTES PCD NO ICEN/UNILAB



A investigação sobre a política de inclusão da UNILAB ganha contornos de realidade quando nos debruçamos sobre os relatos de quem vivencia o espaço universitário a partir da deficiência e da neurodiversidade. O Aluno A, do curso de Física, e o Aluno B, do curso de Biologia. O Aluno A, que se identifica como uma pessoa autista, traz uma narrativa centrada nas barreiras metodológicas e na luta por adaptações que respeitem sua singularidade cognitiva. Já o Aluno B oferece uma experiência marcada pelo reconhecimento do acolhimento institucional e das estruturas físicas, auxiliando no mapeamento das políticas da universidade. A seguir, exploramos seus relatos, onde a subjetividade de cada um revela as fronteiras da adaptação e o impacto real no aprendizado.



AS FRONTEIRAS DA ADAPTAÇÃO E O IMPACTO NO APRENDIZADO

O Aluno A, estudante autista, traz uma narrativa marcada pelo esforço árduo de adaptação a um sistema que ainda se apresenta rígido. Ao descrever seu ingresso, ele pontua o descompasso entre sua vontade de aprender e a estrutura pedagógica encontrada:

“A experiência inicial no curso está sendo boa, porém sinto dificuldades em algumas matérias das áreas de exatas. Estou me adaptando, mas tem professores que dificultam algumas disciplinas.”

Essa fala é um indicativo de que a inclusão, muitas vezes, é lida pela instituição como uma tarefa de responsabilidade exclusiva do aluno. Quando o estudante afirma que os professores “dificultam”, ele sinaliza a existência de barreiras atitudinais e metodológicas que ignoram o tempo e a forma de processamento de informações do aluno autista. A ausência de suporte especializado é sentida no silêncio da coordenação e na ausência de recursos, como ele mesmo relata: *“Apoio ou atividades adaptadas ainda não têm até agora no período que estudo.”*



O DILEMA DA AVALIAÇÃO: IGUALDADE VERSUS EQUIDADE

Um dos momentos mais críticos do relato do Aluno A surge quando ele aborda o processo avaliativo. Sua percepção toca na ferida da "padronização" acadêmica:

“Os professores não sabem fazer provas para alunos autistas. Fazem a mesma prova para todos, e é muito difícil. As provas são as mesmas para todos, evidenciando que não há diferenciação.”

Aqui, o relato denuncia que o sistema de avaliação da universidade ainda opera sob uma lógica de "igualdade aparente". Ao aplicar a mesma régua para estudantes com condições cognitivas distintas, a instituição ignora o conceito de equidade. Para este estudante, a ausência de uma prova adaptada não é apenas uma dificuldade técnica, mas uma barreira que pode definir sua permanência ou exclusão do curso.



A INSTITUCIONALIDADE SOB A ÓTICA DO ALUNO B

Por outro lado, o Aluno B oferece uma perspectiva que ajuda a compreender como os mecanismos de recepção da UNILAB funcionam quando acionados. Sua fala destaca o papel do acolhimento inicial e da infraestrutura:

“Estou gostando da universidade, as matérias são bem interessantes, os campi são abertos, com muita natureza, e os laboratórios são bons. Na matrícula me perguntaram sobre a deficiência e se eu precisava de material adaptado, intérprete ou tempo extra.”

O relato do Aluno B sugere que a política de inclusão existe no plano administrativo e é comunicada no momento do ingresso. Ele reconhece a estrutura de apoio: *“Alguns professores têm projetos sobre autismo, mas outros parecem não saber lidar com alunos com deficiência.”* Essa dualidade demonstra que a experiência do aluno depende diretamente de qual professor ele encontra pelo caminho



A DIMENSÃO HUMANA E A PERMANÊNCIA

Apesar das barreiras, ambos os estudantes convergem para a importância do suporte interpessoal como estratégia de sobrevivência acadêmica. O Aluno A destaca que a rede de amizade supre, muitas vezes, a lacuna institucional: *"Me sinto acolhido, os professores são bons e os colegas me ajudam bastante."* Já o Aluno B reforça que o auxílio vem de quem já conhece as "pedras do caminho": *"Os professores são acessíveis e os alunos mais experientes ajudam como monitores."*

Entretanto, o custo emocional dessa jornada é visível. Ao ser questionado sobre a desistência, o Aluno A é enfático ao mostrar que, embora resista, observa o sofrimento de seus pares: *"Nunca pensei em desistir, mas colegas já pensaram."* Essa fala revela que a falta de acessibilidade física como o elevador que "aguenta apenas 80 quilos" e a falta de "rampas suficientes" somada à rigidez pedagógica, cria, por vezes, um ambiente de desgaste.



PROPOSTAS DE QUEM VIVE A REALIDADE

Encerrando seus relatos, os estudantes deixam de ser apenas sujeitos observados para se tornarem propositores de políticas públicas. O Aluno A foca na urgência da estrutura: *“Melhorias estruturais, com rampas e elevadores adequados.”* O Aluno B, por sua vez, foca na raiz do problema pedagógico: *“Formação continuada para professores e ampliação das ações do NIADI.”* São vozes que clamam por uma universidade que não apenas os receba na matrícula, mas que os reconheça em suas necessidades específicas até a formatura.

10

DOCÊNCIA E DIVERSIDADE: PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA



Ensino Colaborativo (Coensino): Esta metodologia rompe com o isolamento docente ao propor a coparticipação direta entre o professor da sala regular e o professor especializado. Diferente do modelo tradicional de "retirada" do aluno para salas de recursos, o ensino colaborativo ocorre no espaço comum, onde ambos planejam, regem e avaliam as atividades. Essa parceria estratégica permite que as demandas específicas dos estudantes da Educação Especial sejam atendidas de forma integrada à dinâmica do grupo, transformando a sala de aula em um ambiente de apoio mútuo (Mendes, Vilaronga & Zerbato, 2014).

Metodologias Ativas na Perspectiva Inclusiva : As metodologias ativas deslocam o estudante para o centro do processo educativo, estimulando sua autonomia e protagonismo. No contexto da inclusão, estratégias como a Sala de Aula Invertida, a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a Gamificação oferecem diferentes ritmos e caminhos de aprendizagem. Ferramentas como rodas de conversa, dramatizações e oficinas permitem que o aluno com deficiência ou neurodiversidade explore suas potencialidades através de linguagens multimodais e práticas (Costa, 2024).

Aprendizagem Cooperativa: Diferente da simples execução de trabalhos em grupo, a aprendizagem cooperativa estrutura-se na interdependência positiva. Sob a orientação conjunta do professor regente e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os alunos são incentivados a assumir responsabilidade mútua pelo sucesso do coletivo. É uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de competências socioemocionais e para a quebra de preconceitos, pois valoriza a contribuição singular de cada estudante — independentemente de suas limitações — no processo de construção do saber (Costa, 2024).

Tecnologia Assistiva como Suporte à Autonomia: A Tecnologia Assistiva não deve ser vista apenas como um dispositivo técnico, mas como um direito que viabiliza a funcionalidade e a participação. Ela engloba desde softwares de comunicação alternativa e leitores de tela até recursos de baixa tecnologia, como engrossadores de lápis ou mobiliário adaptado. O foco é a eliminação de barreiras funcionais, permitindo que o estudante com mobilidade reduzida ou limitações sensoriais participe ativamente de todas as atividades acadêmicas com independência e dignidade (Oliveira, 2023).

Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): O DUA constitui-se como o paradigma mestre que orienta todas as outras práticas. Ele propõe a estruturação de ambientes educacionais que, desde a sua concepção, antecipem a diversidade funcional do ser humano. Através de múltiplos meios de engajamento, representação e expressão, o objetivo é minimizar barreiras cognitivas e sensoriais antes mesmo que elas apareçam, garantindo que o currículo seja intrinsecamente acessível a todos, eliminando a necessidade de adaptações "extraordinárias" que possam estigmatizar o aluno (Minetto, 2021).

11

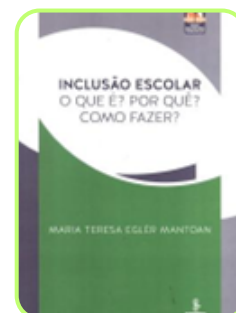
HORIZONTES DO SABER: DICAS DE LEITURA E RECURSOS PARA A PRÁTICA INCLUSIVA



Para aprofundar os conhecimentos sobre educação inclusiva e encontrar estratégias práticas para o cotidiano universitário, selecionamos as seguintes obras e recursos fundamentais:

Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? (Maria Teresa Eglér Mantoan)

Por que ler: É a obra de base para compreender que a inclusão não é apenas inserir o aluno na sala, mas transformar a estrutura da escola/universidade para todos.



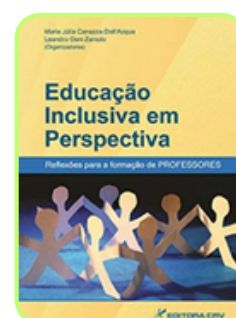
Inclusão: Construindo uma sociedade para todos (Romeu Kazumi Sassaki)

Por que ler: Sassaki é o principal expoente do conceito de inclusão social e acessibilidade no Brasil, oferecendo uma visão ampla sobre a eliminação de barreiras atitudinais.



Educação Inclusiva: Práticas Pedagógicas e Formação de Professores (Maria Julia Canazza Dall'Acqua)

Por que ler: Foca diretamente no papel do docente e em como a formação continuada é o caminho para o sucesso da permanência do aluno com deficiência.



Educação inclusiva: formação de professores e práticas pedagógicas (2018) – Anna Augusta Sampaio de Oliveira, Kátia de Abreu Fonseca e Márcia Regina dos Reis

Explora as práticas pedagógicas inclusivas e oferece reflexões sobre a formação de professores para lidar com a diversidade na sala de aula.



12

CINE INCLUSÃO: FILMES PARA REFLETIR E APRENDER



A sétima arte é uma ferramenta poderosa para compreendermos as barreiras atitudinais e a importância do acolhimento. Abaixo, sugerimos 10 produções que abordam a deficiência e a neuro diversidade sob diferentes perspectivas:

Documentários e Realidade:

- 1. Crip Camp:** Revolução pela Inclusão (2020): Disponível na Netflix, narra a história de jovens com deficiência em um acampamento de verão que impulsionou o movimento pelos direitos civis nos EUA. Essencial para entender o ativismo.
- 2. Do Luto à Luta (2005):** Documentário brasileiro que aborda a Síndrome de Down, desmistificando preconceitos e focando no potencial de autonomia dos indivíduos.

Neurodiversidade (Autismo e Aprendizagem):

- 3. Temple Grandin (2010):** Cinebiografia de uma mulher autista que revolucionou práticas industriais. Excelente para professores entenderem o pensamento visual e as habilidades singulares de estudantes autistas.
- 4. Farol das Orcas (2016):** Uma sensível história sobre a conexão de uma criança autista com a natureza, destacando a importância da escuta e da paciência no desenvolvimento emocional.
- 5. Como Estrelas na Terra (2007):** Um filme indiano fundamental para educadores. Aborda a dislexia e como um olhar sensível do professor pode transformar a trajetória de um aluno rotulado como "incapaz".

A sétima arte é uma ferramenta poderosa para compreendermos as barreiras atitudinais e a importância do acolhimento. Abaixo, sugerimos 10 produções que abordam a deficiência e a neuro diversidade sob diferentes perspectivas:

Superação de Barreiras e Autonomia:

6-Intocáveis (2011): Explora a relação entre um aristocrata tetraplégico e seu cuidador, focando na amizade que ignora a "piedade" e prioriza a dignidade e o humor.

7-O Escafandro e a Borboleta (2007): Baseado em fatos reais, mostra como um homem com a síndrome do encarceramento (paralisia total) encontra formas de se comunicar e escrever um livro. Um exemplo extremo de Tecnologia Assistiva e resiliência.

8-Hoje Eu Quero Voltar Sozinho (2014): Filme brasileiro que trata da adolescência de um jovem cego. Ótimo para debater autonomia e a descoberta da identidade para além da deficiência.

Histórias de Superação Acadêmica

9-O Primeiro da Classe (2008): A história real de um jovem com Síndrome de Tourette que enfrenta o preconceito de diretores e alunos para realizar o sonho de ser professor.

10-Meu Pé Esquerdo (1989): Narra a vida de Christy Brown, que nasceu com paralisia cerebral e, usando apenas o pé esquerdo, tornou-se um renomado pintor e escritor

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este e-book buscou contribuir de forma direta e positiva para a consolidação da acessibilidade curricular na Educação Especial, sob a perspectiva inclusiva. Ao abordar este tema, reconhecemos sua urgência e necessidade no contexto educacional contemporâneo, especialmente no âmbito do Ensino Superior, onde as barreiras pedagógicas e atitudinais ainda se fazem presentes.

Ao longo de nossas seções, percorremos conceitos fundamentais e os principais marcos legais que sustentam o direito à educação. Mais do que teoria, trouxemos relatos de experiências que expõem, de forma nua e crua, os desafios e avanços na construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas, além de apresentar os recursos e metodologias mobilizados durante o desenvolvimento desta pesquisa. Complementamos esta jornada com indicações de filmes, vídeos e leituras, entendendo que a formação contínua é o alicerce para que professores, alunos e a comunidade acadêmica em geral possam aprofundar seus conhecimentos sobre a inclusão.

É importante reforçar que a acessibilidade curricular representa o compromisso ético dos educadores com a garantia de uma educação de equidade. A experiência relatada neste material demonstra que, embora a trajetória da inclusão seja desafiadora exigindo esforço contínuo, criatividade e a superação constante de barreiras, os resultados são imensamente gratificantes ao observarmos a participação ativa e o acesso real à aprendizagem por parte de todos os alunos.

Esperamos que este e-book auxilie e inspire educadores a refletirem criticamente sobre suas práticas. Que os conceitos, relatos e recursos aqui partilhados sirvam como estímulo para mudanças profundas, que beneficiem não apenas os estudantes público-alvo da educação especial, mas toda a comunidade acadêmica. Afinal, uma universidade que se torna acessível para uma pessoa com deficiência torna-se, inevitavelmente, uma instituição melhor, mais humana e plural para todos.

REFERÊNCIAS



BRASIL, **Ministério da Educação. Senado Federal.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília/DF, jul. 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Lei Berenice Piana.** Brasília: Diário Oficial da União.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2024.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. **Educação Especial: formação de professores para a inclusão escolar.** 1.ed. São Paulo: Contexto, 2023. 128p.

LUSTOSA, Francisca Geny; FIGUEREDO, Rita Vieira de. **Inclusão, o olhar que ensina!** [livro eletrônico]: a construção de práticas pedagógicas de atenção às diferenças. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

CEARÁ. **Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE nº 456 de 01/06/2016.** Fortaleza: CEE, 2016. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=326829>>. Acesso em: 20 jan. 25.

RAFANTE, Heulalia Charalo et al. **Impactos da política de educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza.** Educação e Pesquisa, v. 45, p. e218350, 2019.UNILAB, Histórico. Disponível em:<https://UNILAB.edu.br/historico2/#:~:text=A%20Universidade%20da%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Internacional,25%20de%20maio%20de%202011>. Acesso em: 22 abril. 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA

AFRO-BRASILEIRA. **Resolução CONSUNI/UNILAB nº 55, de 16 de dezembro de 2021. Aprova e institui a Política de Inclusão e Acessibilidade na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção: UNILAB, 2021.** Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2021/12/Resolucao-Consuni-UNILAB-no-55-de-16-de-dezembro-de-2021.pdf>. Acesso em: 20 jan. 25.